



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

LAYANE ANDRESSA BERTOLLO WAGNER

**A NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL E O DIREITO PROCESSUAL CIVIL
CONTEMPORÂNEO**

BRASÍLIA

2018

LAYANE ANDRESSA BERTOLLO WAGNER

**A NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL E O DIREITO PROCESSUAL CIVIL
CONTEMPORÂNEO**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
do Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Orientador Prof.^a. Júlio Lérias Ribeiro

BRASÍLIA

2018

LAYANE ANDRESSA BERTOLLO WAGNER

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador Prof.^a. Júlio Lérias Ribeiro

BRASÍLIA__ DE _____ DE 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador

Prof. Examinador

RESUMO

O objetivo desta monografia foi analisar os negócios jurídicos processuais, instituto trago ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Artigo 190 do Código de Processo Civil, sob a luz do direito processual civil contemporâneo. Os negócios processuais permitem as partes alterar o procedimento de modo a atender melhor as necessidades da causa. Daí surge o problema: Seria possível na interpretação do direito conceber-se a negociação processual como instrumento de eficácia do processo civil ? A hipótese responde afirmativamente ao problema proposto, conforme a ser verificado na argumentação doutrinária, legal e jurisprudencial a ser desenvolvida nos capítulos desta monografia. Esse instituto processual inova na medida em que dá aos litigantes uma liberdade para modificar o procedimento processual, trazendo as ideias de liberdade, autonomia e cooperação processual. Essa flexibilização procedimental era prevista de forma mais restrita no Código de Processo Civil de 1973, porém a cláusula geral sobre negócios processuais, prevista no novo diploma processual amplia de forma significativas as hipóteses de se convencionar o procedimento, adequando as especificidades da causa. Isso entretanto, não quer dizer total liberdade, devem ser preenchidos requisitos para a sua existência e validade. É importante investigar sua dimensão, e o objeto a ser negociado, a fim de se evitar acordos que desrespeitem o Estado democrático de Direito. Fora estudado ainda o papel do magistrado nesses negócios processuais.

Palavras chave: Civil, processo civil, negócio jurídico processual, autonomia da vontade, cooperação processual, flexibilização procedimental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 A DOUTRINA DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL NO DIREITO CONTEMPORÂNEO	8
1.1 Direito Processual Civil Contemporâneo	8
1.2 Direito processual e a autocomposição	12
1.3 Negócio processual como ato cooperativo no processo civil	17
2 NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA	22
2.1 Negócio processual e a Constituição Federal de 1988	22
2.2 Negócio processual e o Código de Processo Civil 2015	26
2.3 Negócio processual e a Legislação Extravagante	31
3 A APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL....	35
3.1 Julgados favoráveis	35
3.2 Julgados contrários	38
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	44

INTRODUÇÃO

Na presente monografia estudamos os Negócios Jurídicos Processuais no Direito Processual Civil Contemporâneo, que trata-se de um instituto de direito que traz uma ampliação da participação das partes, com um empoderamento a respeito de decidir as regras do procedimento, para melhor ajustá-lo as especificidades da causa, assim como convencionar o sobre ônus, poderes, faculdades e deveres processuais antes ou durante o processo.

As partes podem alterar o procedimento processual conforme a necessidade e a vontade, sempre respeitando os limites estabelecidos na lei. Tal instituto já era previsto no Código de Processo Civil de 1973, mas os negócios jurídicos processuais atípicos passaram a ter previsão legal expressa no novo diploma processual.

Os Negócios Jurídicos Processuais forma criados com o intuito de promover uma maior participação dos litigantes no procedimento, e incentivar a cooperação processual. O tema ainda gera duvidas e questionamentos por todos os profissionais do direito, principalmente a respeito dos limites para a sua utilização, pois ele deve estar em consonância com Direito Processual Civil Contemporâneo, que deve ser entendido como um processo civil constitucionalizado, respeitando todas as garantias constitucionais.

Os negócios jurídicos processuais previstos no artigo 190 Código de Processo Civil, trazem uma verdadeira mudança na forma de se analisar o direito processual civil, na forma de atuação das partes e traz a questão: É possível na interpretação do direito conceber-se a negociação processual como instrumento de eficácia do processo civil ?

A hipótese responde afirmativamente ao problema proposto, conforme a ser verificado na argumentação doutrinaria, legal e jurisprudencial a ser desenvolvida nos capítulos desta monografia.

Desta forma o estudo está dividido em três capítulos.

O capítulo 1 traz conceitos doutrinários a cerca do Direito Processual Civil Contemporâneo e a sua influência nesse instituto, sobre o incentivo dado a autocomposição e os métodos alternativos de solução de conflitos, e sobre como o Negócio Processual é um ato de cooperação no processo. Neste capítulo estão presentes análises sobre os requisitos de validade, o momento de celebração, bem como benefícios da flexibilização procedimental.

Foi demonstrada uma mudança na forma do processo, que por ser um ramo do direito considerado como sendo normas de ordem pública, passou de uma rigidez excessiva, para um espaço de flexibilização, e de construção de um modelo de processo cooperativo.

O capítulo 2 adentra no Ordenamento Jurídico relativo aos Negócios Jurídicos Processuais, bem como sua consonância com a Constituição Federal de 1988, a sua importância e destaque no Código de Processo Civil de 2015, trago com a cláusula geral de negociação prevista no Artigo 190, bem como as legislações Extravagantes que influenciaram a criação e aperfeiçoamento deste instituto.

Por fim no capítulo 3 foi mostrado a visão jurisprudencial a cerca do tema, como os Tribunais vem aplicando e regulando esse instituto, de modo a estabelecer os limites necessários, a fim de evitar que sejam realizados negócios que violem os princípios Constitucionais. Foram mostrados julgados favoráveis e contrários a aplicação da flexibilização do procedimento, mostrando que o tema não é pacífico.

O magistrado deve atuar posteriormente a celebração do acordo processual, não necessitando de homologação, porém o juiz deve controlar a validade, evitando que sejam realizados negócios processuais que coloquem uma das partes em situação de vulnerabilidade, que contrariem texto expresso de lei, ou que não cumpram os requisitos necessários. Já negócios processuais que alterem o calendário processual devem ter a participação do magistrado, uma vez, que modificam o funcionamento do Tribunal.

Os métodos utilizados para a pesquisa e construção deste trabalho, tiveram como fundamento a consulta a documentos, livros, periódicos online, a análise doutrinária, artigos bibliográficos, a legislação e a jurisprudência dos Tribunais, com a finalidade de aprofundar o tema.

1 A DOUTRINA DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL NO DIREITO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo serão tratados conceitos doutrinários a cerca do Direito Processual Civil Contemporâneo e a sua influência nesse instituto, sobre o incentivo dado a autocomposição e os métodos alternativos de solução de conflitos, e sobre como o Negócio Processual é um ato de cooperação no processo. Neste capítulo estão presentes análises sobre os requisitos de validade, o momento de celebração, bem como benefícios da flexibilização procedimental.

1.1 Direito Processual Civil Contemporâneo

Neste tópico serão analisados os conceitos do processo civil contemporâneo, bem como a relação do processo civil com a Constituição Federal, as mudanças de paradigmas trazidos pelo Código de Processo Civil de 2015, bem como a importância dos negócios processuais no Direito Contemporâneo.

“O direito processual civil é o ramo jurídico que traça as regras de jurisdição estatal em matéria civil.” (ASSIS, 2016, p.187) É o conjunto de regras e princípios que regulam o procedimento que deve ser seguidos por todos aqueles que de alguma forma participem do processo.

O Direito Processual Civil Contemporâneo, deve ser entendido como um processo civil constitucionalizado, ou seja, “[...] a Constituição passa a ser um filtro no qual deve passar todo o sistema jurídico, consagrando os valores nela insculpidos.” (CRUZ, 2014, p.2) Todos os valores expressos na Constituição Federal devem ser respeitados e seguidos por esse modelo de processo.

Este ramo do Direito “[...] mantém intrínseca relação com o direito constitucional, por ser um ramo do direito público, muitos de seus institutos e princípios são tratados nas linhas basilares da Constituição Federal.”(CRUZ, 2014, p.3)

Para Cassio Scarpinella Bueno “Observar o modelo constitucional de processo civil, destarte, não é uma escolha teórica ou filosófica”.(2016, p.42). As normas e princípios constitucionais tem caráter impositivo, não tendo portando o operador do direito a faculdade de adotá-las ou não.

O que atualmente chama-se de processo civil constitucionalizado, nada mais é um modelo processual, que respeita todas as garantias processuais estabelecidas pela Constituição

Federal de 1988 e os tratados internacionais dos quais o Brasil seja signatário. Dessa forma qualquer norma que contrarie ou de interpretação diferente do que informam os princípios constitucionais devem ser consideradas nulas e inconstitucionais.

As normas dispostas na Constituição Federal constituem o ponto de partida do trabalho do processualista. A atuação das partes e a função jurisdicional devem ser estudadas a partir da compreensão de que o processo é um espaço em que devem se materializar os princípios inerentes a um Estado que se intitula “Democrático de Direito”. (MEDINA, 2015, p.80)

No entendimento de ASSIS (2016, p.280) a função judicial no processo civil contemporâneo alterou-se completamente, visto que a efetivação do plano constitucional, precisa de um ambiente processual mais propício para atingir seus objetivos políticos, em que os interesses contrastantes e divergentes expressem-se com maior liberalidade e menor tutela estatal.

No processo civil contemporâneo o juiz “[...] respeitará o devido processo, integrado pelas regras abstratas do procedimento, além do contraditório e da motivação obrigatória.” (ASSIS, 2016, p.293). Ele deve refletir os interesses de toda a sociedade, sem excluir a tutela dos anseios das minorias.

O Direito Processual Civil é ramo do Direito público, portanto deve obedecer ao princípio da legalidade “[...] nas normas processuais sobreleva-se o interesse público em resolver a lide e realizar o direito objetivo.” (ASSIS, 2016, p.189).

O judiciário só age mediante a iniciativa da parte. A partir daí, o processo se desenvolve por impulso oficial, o juiz é que determina o andamento processual, o que “[...] não implica a discricionariedade judicial na atividade e, muito menos, licença para o decisionismo judicial.” (ASSIS, 2016, p.190)

Nas normas de ordem pública “[...] o rito é imposto por força do comando legal para o caso concreto, não podendo a parte optar livremente por outro a ser seguido” (ABI RAMIA, 2014, p.26), as partes tem o dever de seguir o rito determinado, mesmo que na realidade este não seja o mais compatível com as peculiaridades da lide.

Segundo Bedaque:

A absoluta ausência de requisitos legais quanto ao modo de ser do ato processual e do próprio procedimento leva à desordem e se apresenta como obstáculo ao escopo do processo. Por outro lado o formalismo cego e desmedido acaba levando às mesmas consequências, pois impede o desenvolvimento normal de atividade jurisdicional. (1990, apud, ABI RAMIA, 2014, p.27)

As normas de direito processual civil “[...] são de ordem pública, e de observação congente pelos particulares, marcando uma relação de poder e sujeição dos interesses dos litigantes ao interesse público. (PINHO, 2013, P.39)

No Brasil ainda prevalece o sistema da legalidade, em que há uma previsibilidade e maior segurança jurídica, enquanto que no sistema da liberdade das normas processuais, não existe uma ordem legal pré-estabelecida, que por vezes causa uma insegurança, e dubiedade na aplicação das mesmas.

No antigo Código de Processo Civil de 1973, predominava o modelo inquisitivo e publicista no qual “[...] o órgão jurisdicional assume a função de protagonista da relação processual. Rompida a inércia da jurisdição pela provocação da parte, o processo passa a se desenvolver por impulso oficial.” (REDONDO, 2016, p. 228)

Nesse sentido no Código de Processo Civil de 1973 o magistrado era o protagonista, ele é quem realizava a maior parte das atividades processuais, possuindo muito mais poderes para a condução e desenvolvimento do processo que as partes. “[...] o magistrado não teria, a rigor poderes, mas deveres-poderes, já que a condução do processo lhe traz responsabilidade.” (REDONDO, 2016, p. 228)

No Código de Processo Civil de 2015 o legislador passou a adotar um modelo de processo cooperativo, quebrando o paradigma publicista e o formalismo exacerbado. Adota-se o princípio da adequação em que o procedimento deve se amoldar ao máximo “[...] (às peculiaridades da causa, às necessidades do direito material, às pessoas dos litigantes etc.) para que mediante prestação jurisdicional eficiente, a tutela jurisdicional possa ser realmente efetiva. (REDONDO, 2016, p. 230)

O direito processual civil, como ramo do direito público, sempre teve regras impositivas, de comando, entretanto o atual Código de Processo Civil, vem abrindo para o diálogo e uma maior participação das partes. Nesse sentido a Administração Pública torna-se “[...] capaz de conjugar atos *imperativos* e atos *negociados*[...]” (ARENHART; OSNA, 2014, p. 106) O direito processual contemporâneo traz a tona a ideia de processo colaborativo, e não mais impositivo.

Tal entendimento é inerente: “[...] tanto ao “contratualismo” quanto ao “cooperativismo” processuais, fazendo com que ambos caminhem para um mesmo sentido: o da aproximação entre as partes do litígio e o magistrado, equacionando suas relações de poder.” (ARENHART; OSNA, 2014, p. 107)

No processo cooperativo, busca-se a contribuição das partes de do juiz, ampliando o diálogo para a construção de um processo que atenda melhor as peculiaridades de cada caso, de modo a promover a adequação e eficiência do processo. O processo então “[...] é sistema interacional, isso é, dá-se através da interação entre as partes e órgão judiciário.” (MEDINA, 2015, p. 79)

No mesmo sentido leciona ABI RAMIA:

Como o processo não existe sem o procedimento, o aplicador é compelido à adoção da mesma forma repetidamente, ainda que esta não se revele adequada, como única via apta para deduzir o seu pleito e solucionar o caso concreto. Obviamente, por melhor que se apresente essa norma abstrata, ela não foi criada para a solução específica daquele caso posto. Certamente, em decorrência dessa lacuna, teremos uma “roupa curta ou longa demais para aquele corpo”; por conseguinte deficiências e mazelas surgiram. (2014, p.26)

Nas palavras de ARENHART e OSNA a visão cooperativa “[...] sustenta exatamente a necessidade de que se atribua maior emparelhamento entre os sujeitos do conflito e o seu julgador.” (2014, p.107) O atual Código de Processo Civil, trouxe uma reforma imensa o que fez com que houvessem mudanças em suas diretrizes valorativas. Uma das novidades trazidas pelo código de processo civil de 2015, é o chamado “contratualismo processual”, ou “negócios processuais”

Tal instituto é um meio de tornar o processo mais cooperativo, adequado e eficiente. Esse instrumento confere aos integrantes da lide “[...] a possibilidade de *dispor sobre a estrutura procedimental* de seu litígio[...].” (ARENHART; OSNA, 2014, p. 104) Os interessados podem por exemplo: alterar prazos, escolher o perito, suspender o processo entre outras hipóteses que serão exemplificadas adiante.

Em suma, esse instrumento torna possível “[...] que sejam *derrogadas* regras relacionadas ao desenvolvimento do processo, alterando sua tramitação a critério dos próprios sujeitos envolvidos na controvérsia. (ARENHART; OSNA, 2014, p. 104) O que não quer dizer uma total liberdade visto que se isto ocorresse tornaria o processo um verdadeiro caos e causaria uma enorme insegurança jurídica.

O papel do operador do direito passa a ser diferente, tendo ele que assumir uma postura compatível com a nova mentalidade do processo civil contemporâneo.

O objetivo do processo é a tutela do direito material, cujos titulares são as partes. Por essa razão, deve-se reconhecer que os titulares de determinadas situações processuais são as próprias partes, e não o juiz ou o Estado. E, sendo as partes as titulares, deve ser garantida, às mesmas, liberdade maior no sentido da disposição (lato sensu) sobre determinadas situações processuais. (REDONDO, 2016, p. 231)

O contratualismo processual, assim como a ideia de cooperação trazida pelo Código de Processo Civil, “[...]funda-se na aproximação entre as partes do conflito e o julgador – e em um maior empoderamento dos litigantes.(ARENHART; OSNA, 2014, p. 107)

Assim sendo os litigantes podem estruturar o rito procedimental conforme as suas necessidades, abandona-se um formalismo excessivo, para propor uma maior adaptação do procedimento ao caso em concreto. Tal Instituto pode “[...] ser projetado antes mesmo da eclosão da lide ou celebrados incidentalmente já no curso do processo judicial” (CRUZ; TUCCI, 2017, p. 27)

Para Bruno Garcia Redondo o novo Código de Processo Civil, tem como premissas a “[...] ampliação dos poderes das partes para adequação do procedimento e preponderância da vontade das partes, sobre a do juiz, no que tange a disposição sobre seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais. (2016, p. 231)

Para Abi Ramia os negócios processuais tem como meta “[...] a operação do procedimento de forma mais efetiva possível, regida pela vontade das partes e em plena concordância com o valor supremo de devido processo legal.” (2014, p.32)

A adequação procedimental é instituto compatível com a Constituição Federal de 1988, pois permite que haja uma adaptação para as complexidades que cada lide vai exigir, abandona-se a visão formalista de um procedimento único, inflexível, com regras imutáveis.

Nas palavras de ABI RAMIA:

Quanto maior a participação democrática das partes no processo, com ampla valorização do Estado Democrático de Direito, maior legitimidade ganhará a decisão final. Máximas, também, serão as possibilidades de aceitação das partes da decisão final proferida, abalizada pelo dialogo permanente. (2014, p.23)

Dessa forma, passada a análise do processo civil contemporâneo e sua relação com os negócios jurídicos processuais e a flexibilização procedimental, à luz da Constituição Federal, passará a ser estudado a relação entre o direito processual civil e as diversas formas de autocomposição.

1.2 Direito processual e a autocomposição

No presente tópico serão analisadas as formas de autocomposição incentivadas pelo Direito Brasileiro, assim como sua relevância no cenário atual do poder Judiciário Brasileiro, e sua influência sobre os negócios processuais.

Por muito tempo se considerou que “[...] a função jurisdicional deveria ser exclusiva dos entes estatais.”(ALVIM, 2013, p 46) Tal entendimento foi superado na medida em que a atividade jurisdicional mostrou-se incapaz de atender a certos tipos de conflitos.

Em razão disso, evidencia-se o alargamento do objeto da ciência do Direito Processual Civil, antes entendida como o estudo dos princípios e normas atinentes ao processo judicial (de jurisdição contenciosa e voluntaria), de molde a abranger, hodiernamente, as diversas formas de solução de conflitos existentes na sociedade, independentemente de constituírem função jurisdicional.(ALVIM, 2013, p. 46)

O direito processual civil não estuda apenas a função jurisdicional, mas também, “[...] abrange o estudo de outros meios de solução de conflitos, que não aqueles que envolvam atuação (típica) do Poder Judiciário.”(BUENO, 2016, p. 39)

Os métodos extrajudiciais de solução de conflitos, “[...] são aqueles, como o próprio nome denuncia, que prescindem da atuação do Poder Judiciário para que o litígio entre as partes seja dirimido.” (WAMBIER; TALAMINI, 2013, p. 100) Não tem portanto o caráter coercitivo inerente a tutela jurisdicional.

Tais métodos visam “[...] possibilitar uma verdadeira composição da lide, de forma menos custosa, tanto emocional quanto financeiramente, e mais célere.”(WAMBIER; TALAMINI, 2013, p. 101)

O processo judicial foi considerado por muito tempo, como o único método de solução de controvérsias. Esse pensamento alterou-se, na medida em que outros métodos de solução de conflitos mostraram-se tão eficientes quanto o processo judicial, e por vezes até mais adequados e rápidos. “[...] por acesso a justiça tende-se, gradativamente, a compreender não apenas o acesso a uma solução decisional (através do processo), mas, também, a meios consensuais, como a conciliação e a mediação.” (MEDINA, 2015, p.101)

Nas palavras de Araken de Assis “O processo civil não é o único mecanismo para solucionar os litígios que surgem na vida social.”(2016, p.90) Apesar de ser o caminho mais utilizado para a resolução dos conflitos, esta pode ser atingida através de meios equivalentes, por meios tão eficientes quanto.

Entre os métodos de solução de conflitos estão a autotutela, a autocomposição e a heterocomposição. A autotutela “[...] apresenta como características essenciais a ausência de juiz imparcial e a imposição do interesse da parte mais forte.”(PINHO, 2013, p. 41) A autotutela é exceção no direito brasileiro, sendo permitida em casos previamente definidos na própria lei.

A autocomposição seria quando “[...] as próprias partes, no âmbito da autonomia privada, encerram a sua controvérsia, mediante concessões mútuas ou não [...]”(ASSIS,

2016, p.90). Pode ocorrer dentro ou fora do processo. Pode ocorrer também em qualquer momento do processo.

A autocomposição é o ajuste de vontades entre as partes em que pode ou não haver a interferência de um terceiro, como os mediadores e conciliadores. Nas palavras de Humberto Dalla:

Trata-se de solução parcial (por ato dos sujeitos em conflito) na qual as partes chegam a um acordo quanto à existência ou inexistência de um direito, seja pela renúncia, pela transação, (concessões recíprocas) ou mediante o reconhecimento da pretensão alheia, pondo fim ao conflito de interesses existente. (2013, P.42-43)

Já a heterocomposição é quando as partes submetem a decisão da lide a um terceiro, por exemplo por meio da arbitragem. Na arbitragem as partes elegem um árbitro que na impossibilidade do acordo, este impõe uma decisão. Já a conciliação “[...] além de consistir em meio alternativo de autocomposição induzida, permite apenas que um terceiro imparcial conduza as partes a um acordo, nada mais podendo fazer se isso se mostrar inviável.” (PINHO, 2013, p.44)

O atual código de processo civil tem estimulado as formas consensuais de solução de conflitos, já devendo o autor indicar na petição inicial, se deseja ou não, a realização de audiência de conciliação ou mediação. Faltar a uma audiência de conciliação ou mediação sem justo motivo constitui ato atentatório a dignidade da justiça, e tem penalidade de multa, conforme previsto no Art 334 § 8º do código de processo civil.

O Art. 334, trata da audiência de conciliação ou mediação “[...] como etapa quase obrigatória do processo, só não sendo realizada quando ambas as partes manifestarem desinteresse na autocomposição ou quando a causa não admiti-la” (MONTENEGRO, 2016, p. 232) Tais formas de autocomposição deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial, conforme dispõe o artigo 3º do código de processo civil.

O novo código prevê a criação de centro judiciários de solução de conflitos que “[...] serão responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.” (BUENO, 2016, p.194)

O direito processual civil contemporâneo, incentiva, facilita e favorece mecanismos que visem a autocomposição, através da conciliação e mediação que ganharam relevante atenção no atual código de processo civil, estando em consonância também com a lei 13.140/2015 (Lei da Mediação) e com a Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de

Justiça que trata da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Tal incentivo decorre do fato de que quando as questões são discutidas e negociadas, com a concordância de ambas as partes, o resultado tende a ser mais adequado.

Os conciliadores e mediadores são auxiliares da justiça e no atual ordenamento sua participação tem ganhado extrema relevância. A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada. As partes no âmbito dos acordos sobre o procedimento podem inclusive fazer a escolha do mediador ou conciliador responsável por conduzir a sessão.

O próprio dispositivo legal nos traz a diferença entre a conciliação e a mediação. O conciliador, atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.(Art. 165 § 2º do código de processo civil), Enquanto que o mediador, atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos. (Art. 165 § 3º do código de processo civil).

Essa diferenças demonstram que a atuação do mediador é mais profunda, já que deverá lidar com aspectos emocionais ou, até, sentimentais, das partes, com o intuito de restaurar a relação antes existente entre elas. Sob esse prisma, a solução obtida através da mediação tende a ser mais estável que aquela decorrente da conciliação, já que o conciliador ocupa-se de dar fim ao litígio, sem se ocupar, necessariamente, com aspectos (psicológicos, por exemplo) que não se encontram manifestos. (MEDINA, 2015, p. 295)

Para Erika Barbosa e Silva, na conciliação “[...] a autocomposição é bilateral, facilitada pela intervenção de um terceiro neutro e imparcial.”(2013, p. 133) A conciliação tem como objetivo o acordo. Enquanto que na mediação, o terceiro usa de técnicas de comunicação para que os próprios interessados no conflito cheguem a uma solução.

Caberá ao juiz ao receber a inicial verificar qual desses mecanismos se mostra mais adequado a lide em questão, pois “[...] a escolha do método inadequado não surtirá qualquer efeito[...]”(MEDINA, 2015, p.295)

A sociedade é cercada por antagonismos e o novo Código de Processo Civil encoraja que o conflito utilize a “[...] via que parecer mais adequada a cada caso, não erigindo a

jurisdição como necessariamente a melhor opção para eliminar a disputa de interesses.”(CUNHA, 2017, p. 62)

O processo civil contemporâneo estimula que as partes tenham maior participação inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais. Os chamados negócios processuais refletem essa nova postura do poder judiciário, a vontade das partes é quase que absoluta, “[...] sendo possível o controle judicial somente a *posteriori* e apenas para o reconhecimento de defeitos relacionados aos planos da existência ou da validade da convenção.”(REDONDO, 2016, p. 230-231) O juiz não precisa homologar os negócios processuais, sua eficácia é imediata.

Se o atual código de processo civil, traz incentivos a um maior autorregramento da vontade, com estímulos a métodos de resolução de conflitos que dão as partes, um espaço de negociação, tal ocorre também com os negócios processuais, que permite estabelecer regras procedimentais, seja antes ou durante o processo.

Com isso, “a técnica processual é manejada como forma de servir ao direito material e aos fins do processo” (ABI RAMIA, 2014, p.22), o que traz portanto maior efetividade ao processo.

A flexibilização procedimental proporciona ao processo resultados satisfatórios, um melhor atingimento dos seus fins. Deve o magistrado atentar-se a realidade fática, compreender a necessidade das partes, e não se prender a formalismos em excesso que distanciam o mesmo da lide.

Segundo o entendimento de ABI RAMIA:

Cabe salientar que a flexibilização procedimental não importa renúncia ou negação a forma; ao contrário, trata-se de uma proposta para que esta seja democraticamente exercitada, tornando o processo espaço de pleno diálogo e reflexões. (2014, p.22)

O diálogo constante faz com que ao fim do conflito, o resultado seja mais satisfatório, e que a decisão tenha maior aceitação dos envolvidos. Cabe ressaltar que os acordos processuais devem versar apenas sobre direitos que admitam a autocomposição, e que os mesmos devem preencher os requisitos de validade dos negócios jurídicos previstos no direito civil.

Certo é que os negócios processuais, podem por vezes gerar a sensação de insegurança jurídica, uma vez que, não mais as partes e seus patronos devem observar as regras procedimentais, adequando em cada caso a melhor forma de se chegar a solução da lide, pois o resultado deve ser a prioridade e não a forma.

A autocomposição é extremamente relevante no atual sistema Judiciário brasileiro, seja como forma de melhor atender aos jurisdicionados, com mecanismos que os tornem aptos a resolverem suas controvérsias da melhor maneira possível, seja como meio de desafogar o judiciário com respostas mais rápidas e eficazes. Tudo isso combinado com a figura da flexibilização procedimental, de modo a permitir o diálogo inclusive sobre o procedimento adotado.

1.3 Negócio processual como ato cooperativo no processo civil

Neste item será estudado o princípio da cooperação, sua estreita relação com os negócios processuais, e como ele serve de instrumento para a efetivação desse princípio.

O chamado procedimento convencionado permite que os interessados possam definir as regras processuais a que vão seguir, dá-se então uma maior autonomia as partes para que estas, que são as maiores interessadas no processo, possam ajustá-lo de modo a alcançar a finalidade pretendida. Essa negociação tem como justificativa o princípio da cooperação.

O Art. 6 trata do “princípio da cooperação”, querendo estabelecer um modelo de processo cooperativo – nitidamente inspirado no modelo constitucional-vocacionando à prestação efetiva da tutela jurisdicional, com ampla participação de todos os sujeitos processuais, do início ao fim da atividade jurisdicional.”(BUENO, 2016, p.95)

A cooperação processual é uma das normas fundamentais do processo civil, devendo todos os sujeitos do processo cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Na visão de Eduardo Talamini, (2015) “[...] o princípio na cooperação não é uma descrição de como é o processo e sim uma prescrição de como ele deve ser.”

O princípio da cooperação, pode ser definido como “[...] um necessário e constante diálogo entre o juiz e as partes, preocupados, todos, como o proferimento de uma melhor decisão para a lide. (BUENO,2014, p.132)

A cooperação processual “[...] denota a sagacidade do novo Código em propiciar um procedimento mais democrático e aliado as expectativas das partes, pois estas poderão adequá-lo às suas pretensões”. (DIAS P.; FREIRE R., 2015, p.311) Os negócios jurídicos processuais são atos jurídicos que tem base na voluntariedade, os sujeitos apenas o celebram se estiverem manifestando sua vontade de forma livre e consciente.

A atual sociedade está cheia de litígios e antagonismos o que tem causado um afogamento do judiciário, sobre essa questão Elias Marques de Medeiros Neto e Pedro Antonio de Oliveira Machado entendem que:

É preciso assim enfrentar tal impasse, que está a impactar negativamente o cotidiano dos cidadãos, a impor altos custos, ante a inegável ineficiência do sistema de justiça, com instrumentos que estejam à altura de tal desafio. E mais, pois é preciso não olvidar que esse quadro preocupante exige também mudança de postura. Do Estado e da Sociedade se espera atitude.(2016, p. 170)

O formalismo excessivo não se mostra compatível com a visão social do processo. Os rigores da lei não podem ser um óbice à obtenção das finalidades do processo. A flexibilização das normas atribui eficácia ao alcance dos objetivos do processo, de forma à atender as peculiaridades de cada caso. No antigo Código de Processo Civil de 1973, existiam algumas poucas alternativas para que as partes pudessem modificar os mandamentos processuais, entre elas estavam a cláusula de eleição de foro e a suspensão do processo.

No código de processo civil vigente essa faculdade de modificar o procedimento a ser adotado, ganha uma amplitude nunca antes vista no processo civil, e talvez por isso muitos doutrinadores tenham receio desse novo instrumento. Fato é que o procedimento é uma garantia de tratamento igualitário entre as partes, e de segurança jurídica. Para Gajardoni (2007, apud DIAS P.; FREIRE R., 2015, p.312) “o procedimento flexibilizado não viola a cláusula do devido processo legal, eis que se conservarão todas as garantias constitucionais do processo, especialmente o contraditório”.

Mais do que um princípio, a cooperação é um dever à ser seguido por todos os integrantes da relação processual, de modo que o seu descumprimento, afeta o curso normal do processo. Quanto ao juiz a cooperação pode ser dividida em quatro deveres: o dever esclarecimento, o dever de consulta, o dever prevenção, e o dever auxílio.

Para José Miguel Garcia Medina “O dever de cooperação por parte do órgão jurisdicional, se manifesta, em sua forma mais rudimentar, no dever de decidir em observância ao principio do contraditório, sem surpresa as partes”(2015, p. 124) O juiz seria um agente - colaborador do processo e não apenas um inspetor do procedimento.

Os próprios advogados devem estimular sempre que possível os meio de resolução de conflitos, evitando que se instaurem conflitos, conforme disposto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo Cassio Scarpinella Bueno os advogados:

[...] não podem criar empecilhos um para o outro e também devem manter, perante os seus próprios clientes, deveres de sigilo e de probidade profissional, que impedirão determinadas condutas em relação ao advogado ou a parte contrária. Isso contudo não significa dizer, que a eles não se aplica a cooperação.(2016, p. 96)

O dever de cooperação processual está intimamente ligado com o princípio da boa fé processual, uma vez que todos que atuam no processo devem se comportar de acordo com esse princípio. O dever de cooperação quanto não for cumprido pode inclusive caracterizar a litigância de má-fé. “Mas acima de tudo aqui a colaboração ou cooperação liga-se à noção de um maior comprometimento nesse objetivo comum, nessa união de esforços para atingir determinada meta.”(MEDEIROS; MACHADO, 2016, p. 176)

A boa – fé processual está consagrada no Código de Processo Civil em seu Art. 5º “Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.” Ora o dever de boa – fé, estipula que os sujeitos do processo “[...] não deverão apresentar comportamento desleal uns para com os outros.”(ALVIM, 2017, p. 243)

Para Arruda Alvim, “Cooperar quer dizer trabalhar em prol da decisão no caso concreto. Cooperar quer, no processo, significar não criar incidentes sem utilidade[...]”(2017, p. 248) Para este autor a cooperação pode ser entendida como um desdobramento do princípio do contraditório.

Os negócios jurídicos processuais são uma forma de aumentar e incentivar a cooperação processual, visto que estes só existem quando devidamente deliberados pelas partes e seus patronos. Durante todo o curso do processual “[...] deve haver um debate, voltando-se também para o juiz e todos os agentes estatais no processo.” (CUNHA, 2017, p. 58)

Não trata-se apenas da aplicação do princípio da cooperação na lide, mas sim a adoção de um modelo cooperativo de processo. Nas palavras de Leonardo Carneiro Cunha:

O modelo cooperativo baseia-se na ideia de que o Estado deve propiciar condições para a organização de uma sociedade livre, justa e solidária, com vistas a atender à dignidade humana, caracterizando-se pelas posições coordenadas do indivíduo, da sociedade civil e do Estado ”(2017, p. 59)

Na visão de Leonardo Carneiro Cunha o atual código de processo civil, preza “[...] uma valorização do consenso e uma preocupação em criar no âmbito do judiciário um espaço não apenas de julgamento, mas de resolução de conflitos.”(2017, p.61)

O modelo cooperativo de processo difere do modelo adversarial por ser este último marcado pelas características de rivalidade e competição. Da mesma forma também difere do modelo inquisitivo por este ser marcado pelo juiz como personagem principal do processo. Os atos de cooperação processuais servem como instrumento de eficácia no processo civil.

Os negócios processuais são atos cooperativos no processo, visto ser eles uma faculdade, só ocorre por vontade de ambas as partes, e serve para beneficiar de algum modo o andamento processual.

O que se discute é a amplitude de negociação que o artigo 190 do código de processo civil traz, já que ele não delimita as possibilidades de modificação dos atos processuais. A negociação pode ocorrer antes mesmo de surgir o processo, por meio de um contrato de direito material, que possua cláusulas sobre processo, ou durante o andamento do processo, à fim de melhor atender as especificidades de cada caso.

Os negócios jurídicos processuais despertam receio de alguns doutrinadores, que questionam a falta de previsibilidade do procedimento e de ameaça a segurança jurídica. Alguns chegam a negar a existência de tais negócios pois consideram que os efeitos dos atos processuais não podem resultar da vontade autônoma das partes.

Os atos de cooperação trazem “[...] as ideias ou noções de diálogo, equilíbrio, participação e paridade, esta última exceto no momento da decisão, que é ato exclusivo do juiz, enquanto manifestação oficial do poder estatal.(MEDEIROS; MACHADO, 2016, p. 182)

Para Leonardo Carneiro Cunha:

As opiniões contrárias à existência do negocio jurídico processual consideram, na realidade, que a vontade não tem qualquer relevância na produção de efeitos pelo ato processual. Desse modo, o sentido juridicamente relevante do ato processual seria objetivo, sem qualquer ligação a elementos estranhos à declaração. (2017, p.49)

Os negócios jurídicos processuais permitem “[...] que as partes realizem verdadeiros acordos de procedimento para otimizar e racionalizar a atividade jurisdicional [...]”(BUENO, 2016, p.215) São eles atos das partes que refletem a ideia de cooperação processual.

Para José Miguel Garcia Medina, “O processo não é apenas um instrumento de proteção e realização dos direitos dos indivíduos: o próprio processo deve ser, também, espaço em que se permita exercitar democraticamente tais direitos.”(2015, p.116) Sob esse aspecto as partes tem direito de participar na construção do procedimento, junto ao órgão jurisdicional.

Para muitos essa cooperação entre as partes seria impossível, visto que geralmente, estão com interesses contrários, e que sempre estariam a busca de um proveito ou situação de vantagem. Neste sentido Cassio Scarpinella Bueno mesmo afirmando que a incidência do acordos processuais seja mais limitada leciona que esses:

[...] mesmo nos seus devidos confins, permitirá, ao lado do incentivo da busca de outros meios de solução de conflitos além do jurisdicional(art.), que as próprias partes, ainda que se valham do aparato jurisdicional, otimizem os atos de acordo com suas conveniências e interesses. O próprio órgão jurisdicional, neste casos, tenderá a ter trabalho reduzido, o que significará, em termos diretos, a possibilidade de dedicar mais de seu tempo e esforços a outros casos que não admitam este tipo de solução.”(BUENO, 2016, p.218)

A cooperação processual junto com os negócios jurídicos processuais refletem os mesmos ideais de diálogo, participação, processo democrático, boa-fé processual, redefinição do contraditório, mudança de postura do juiz, das partes, auxiliares da justiça, terceiros e advogados, tudo em busca de uma maior eficácia processual, mais preocupada com a satisfação de interesses, do que com um procedimento rígido e sem espaço para a celebração de acordos procedimentais.

2 NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

Esta capítulo adentra no Ordenamento Jurídico relativo aos Negócios Jurídicos Processuais, bem como sua consonância com a Constituição Federal de 1988, a sua importância e destaque no Código de Processo Civil de 2015, trago com a cláusula geral de negociação prevista no Artigo 190, bem como as legislações Extravagantes que influenciaram a criação e aperfeiçoamento deste instituto.

2.1 Negócio processual e a Constituição Federal de 1988

Neste item será feito o exame dos negócios processuais à luz dos princípios constitucionais do processo civil, na medida em que este possa ser considerado como instrumento concretizador da eficácia processual.

Os princípios são os basilares informadores e fundamentadores de todo o sistema jurídico de um país. Para Cassio Scarpinella Bueno, os princípios são “[...] elementos que dão racionalidade e lógica, um sentido de coesão e unidade ao ordenamento jurídico. Dão ao todo um aspecto de coerência, logicidade e ordenação.” (2014, p.122)

Hoje a lei deve se submeter às normas constitucionais, devendo ser conformada pelos princípios constitucionais de justiça e pelos direitos fundamentais. É correto dizer, alias, que uma das mais importantes características do constitucionalismo contemporâneo está na definição normativo- constitucional de princípios materiais de justiça, cuja função é iluminar a compreensão do ordenamento jurídico. (MARINONI, p. 107, 2017)

Para José Miguel Garcia Medina “Princípios e regras jurídicas seriam espécies do gênero norma jurídica, muito embora não tenham as mesmas características”. (2015, p.88)

A Constituição Federal de 1988, elenca uma grande quantidade de princípios aplicáveis ao processo civil. Por vezes estes podem entrar em conflito o que faz com que o operador do direito, busque qual o mais adequado a determinada situação, fazendo com que este prevaleça sobre outro. Desta maneira é importante adotar a proporcionalidade como mecanismo correto para solucionar possíveis choques entre os princípios.

A proporcionalidade “[...] fornece critérios os mais objetivos possíveis que deverão ser empregados para solucionar os impasses de *preponderância* dos diversos princípios jurídicos em cada caso concreto.” (BUENO, 2014, p.125) O Art. 8º do Código de Processo Civil, estabelece que “Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às

exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.”

Dessa forma o juiz deve ao aplicar um princípio em detrimento de outro, deve fazer justificando sua escolha, fundamentando sua decisão, de forma motivada:

[...] quando houver bens jurídicos de valores diversos em conflito, o magistrado está autorizado a aplicar o que lhe parece, consoante as características do caso concreto, o mais importante, o mais relevante, o que na sua visão – e consoante as características de cada caso concreto que se apresente para a solução - , tem condições de tutelar melhor e mais adequadamente o direito. (BUENO, 2014, p.125)

O art. 1º, do Código de Processo Civil dispõem que “O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.” Dessa forma todo e qualquer dispositivo deste diploma legal será amparado pela Constituição Federal.

Para Arruda Alvim, “Contemporaneamente, a tarefa dos juízes não é mais vista, exclusivamente, como só de aplicar a lei dedutivamente [...]”(2017, p.230) Mas sim de buscar sempre os valores de justiça, de modo a efetivar os valores constitucionais.

Passadas as noções introdutórias sobre os princípios, há que se analisar individualmente os princípios constitucionais que informam o processo civil e tem ligação direta com os chamados negócios jurídicos processuais.

Em um Estado Democrático de Direito, um dos princípios basilares é o da legalidade, ou seja todos estão sujeitos a ela, e no âmbito da criação de negócios jurídicos processuais, pode se ter a errônea impressão de que estes instrumentos violaram a tal princípio constitucional. Ocorre que este instrumento criado pela lei, faculta que na medida do possível e sempre preservando a segurança jurídica seja possível adaptar o procedimento processual as necessidades das partes.

O acesso a Justiça, consagrado no art. 5º, XXXV da Constituição Federal “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, por ele qualquer pretensão pode ser levada ao Poder Judiciário, e o “[...] Estado - juiz tem o dever de fornecer àquele que bateu às suas portas uma resposta mesmo que seja negativa [...]” (BUENO, 2014, p.126)

A inércia da jurisdição para Arruda Alvim, (2017, p.134) tem como base a autonomia privada, ou seja o judiciário atuam somente quando provocado, e quem decide o que submeter ao julgamento de uma lide são as partes interessadas.

Também conhecido como inafastabilidade da jurisdição, este princípio tutela não somente as lesões passadas, mas protege: “[...] a mera situação de ameaça a direito, isto é, um direito ainda não lesionado, ainda não danificado, uma situação que ainda não revela quaisquer prejuízos, deve receber adequada e eficaz tutela jurisdicional.”(BUENO, 2014, p.127)

Para José Miguel Garcia Medina, “Tal comando não se dirige apenas aos órgãos legiferantes, mas também ao órgão encarregado de aplicar a lei por eles estabelecidas.”(2015, p. 114)

A Constituição Federal em seu Art. 5º, LV, dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” Por esse princípio o magistrado “[...] não pode decidir, sem que garanta previamente ampla e reais possibilidades de *participação* daqueles que sentirão, de alguma forma, os efeitos da sua decisão.”(BUENO,2014, p.131)

O contraditório nas palavras de Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini, “[...] pode ser identificado como princípio da paridade de tratamento ou princípio da bilateralidade da audiência.” (2013, p. 70) Ora tal princípio preza que as partes seja assegurado um tratamento isonômico, sem preferências, o que é um dos requisitos para se celebrar um acordo procedimental, visto que a lei veda expressamente a flexibilização procedimental quando uma das partes se ache em posição de vulnerabilidade.

Cassio Scarpinella Bueno, esclarece que o “Contraditório deve ser entendido como possibilidade de participação e colaboração ou cooperação ampla de todos os sujeitos processuais ao longo do processo.”(2016, p.46)

Para José Miguel Garcia Medina, o contraditório, compreende “[...] o direito de influir decisivamente nos destinos do processo. Há, pois, o direito de se manifestar, de ser ouvido, mas, também, o de ter suas manifestações levadas em consideração.”(2015, p. 117) O contraditório liga-se também ao princípio da isonomia processual que no Código de Processo Civil está expresso no Art. 7º “É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.”

De forma ampla, podemos considerar que a isonomia jurisdicional apresenta três dimensões, ou três momentos de influência que de certa maneira são conectados entre si. O Estado deve garantir aos jurisdicionados igualdade de acesso aos instrumentos processuais; igualdade de tratamento durante o curso do processo; e promover a igualdade de através do resultado do processo, em especial diante do conteúdo das decisões judiciais. (ALVIM, 2017,p.250)

A razoável duração do processo prevista na Constituição Federal em seu Art. 5º, LXXVIII, dita que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Esse princípio está relacionado a ideia de que o processo seja rápido e não se arraste por anos nos tribunais, garantido dessa forma uma maior celeridade processual, estando em sintonia com os negócios processuais, visto que neles pode se convencionar a renúncia a prazos ou a sua mudança de forma que melhor se adeque ao caso em discussão.

Fato é que nem todos os casos serão resolvidos em tempo igual, “A razoável duração do processo deve ser compreendida invariavelmente levando em conta as especificidades de cada caso concreto.”(BUENO, 2016, p.54)

A efetividade processual para Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini:

Significa que os mecanismos processuais (isto é, os procedimentos, os meios instrutórios, as eficácias das decisões, os meios executivos) devem ser aptos a propiciar decisões justas, tempestivas e úteis aos jurisdicionados - assegurando-se concretamente os bens jurídicos devidos aquele que tem razão.(2013, p. 73)

Segundo Cassio Scarpinella Bueno, “A efetividade no processo mede-se pela sua capacidade de tornar reais (concretizados) os direitos controvertidos, ameaçados ou lesionados.”(2016, p. 55) A eficiência seria atingir o maior grau de satisfação.

A flexibilização processual também tem como finalidade a economia processual. O princípio da economia processual “[...] deve ser entendido como aquele segundo o qual a atividade jurisdicional deve ser prestada sempre com vistas a produzir o máximo de resultados com o mínimo de esforços”. (BUENO,2014, p.153)

Os acordos processuais trazem à tona o princípio do autorregramento da vontade. Para Murilo Teixeira Avelino “O processo é instrumento para a tutela dos direitos materiais, ao mesmo tempo em que é por ele preenchido, em uma relação de circularidade.”(2017, p. 405)

O Art. 24, inciso XI, da Constituição Federal disciplina que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual. Cassio Scarpinella Bueno entende que não é possível “[...] delegar liberdade a determinados sujeitos do processo para estabelecer o seu próprio procedimento ou seus ônus poderes, faculdades e deveres processuais.”(2016, p. 217) Para este autor a possibilidade dos negócios jurídicos seria mais restrita.

Para Rodolfo Kronenberg Hartmann, (2015), não seria possível a celebração de negócios processuais, visto que, trata-se de matéria de Direito Processual Civil, normas de

ordem pública, e que somente este poderia regular, os ritos processuais e os comportamentos das partes.

Tais princípios estão em plena consonância com os negócios jurídicos processuais, não tendo como se negar a sua constitucionalidade, e a aplicação no ordenamento jurídico brasileiro.

Ao conferir espaço para a autonomia da vontade, o que almejou a lei foi reforçar a cooperação que as partes possam dar para o bom andamento dos processos e para resolução de controvérsias. Portanto, depende do esforço e da boa vontade de todos os envolvidos o sucesso ou o fracasso das novas disposições.(YARSHELL, 2017, p. 92)

Nesse sentido conclui-se que a flexibilização procedimental, também é um instrumento processual que visa preservar e efetivar os princípios constitucionais do processo civil, fazendo com que as partes tornem-se mais ativas na construção do procedimento, sem que com isso, seja violada a igualdade das partes, e principalmente a segurança jurídica, valor fundamental em um Estado Democrático de Direito.

2.2 Negócio processual e o Código de Processo Civil 2015

Este tópico se propõe a explorar o âmbito de liberdade dos negócios processuais no Código de Processo Civil de 2015, determinar a sua amplitude, os requisitos para a sua aplicação, as diferenças entre os negócios processuais típicos e atípicos, o papel do juiz na celebração de acordos sobre o procedimento, e a necessidade ou não de advogado para a sua celebração .

Os negócios jurídicos processuais, também conhecidos como acordos processuais ou convenções processuais, vem previsto no Código de Processo Civil de 2015, de forma muito mais ampla, do que havia sendo nos códigos anteriores. Os requisitos gerais de validade para a celebração desses acordos, são os mesmos exigidos para os negócios jurídicos previstos no Direito Civil, quais sejam a manifestação de vontade livre, consciente e de boa – fé, objeto lícito possível e determinado, agente capaz, e forma prescrita ou não defesa em lei.

Os incapazes e relativamente incapazes podem celebrar acordos processuais, desde que devidamente representados ou assistidos, e que não resultem desvantagem para os mesmos. Porém a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, considerou em seu Enunciado 39, que apenas as partes absolutamente capazes podem celebrar convenção pré-processual atípica.

Podem convencionar sobre o procedimento os entes despersonalizados, a massa falida, o condomínio, o espólio, já que estes tem capacidade para estar em juízo. “O negócio processual pode ser celebrado não apenas pelos que ostentam personalidade civil, mas igualmente pelas entidades que, embora despidas daquela condição, tem aptidão para estar em juízo.”(YARSHELL, 2017, p. 91)

Podem ainda celebrar negócios jurídicos processuais a União, o Ministério Público e o Poder Público em geral. Por exemplo quando a União dispensa a caução para pagamento de custas e honorários prevista no Art. 83 do Código de Processo Civil, § 1º Não se exigirá a caução de que trata o caput: I - quando houver dispensa prevista em acordo ou tratado internacional de que o Brasil faz parte.

A chamada cláusula geral sobre negócios processuais, que abre a possibilidade da celebração desse tipo de negócio vem prevista, no Art. 190 do Código de Processo Civil, da seguinte forma, Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

Para Flavio Luiz Yarshell “[...] o negócio processual deve obrigatoriamente ter forma escrita, ainda que eventualmente apresentado de forma oral.”(2017, p.85) entretanto ele não depende de forma especial.

O primeiro requisito específico que deve ser atendido para a realização de convenções processuais, é que o processo deve versar sobre direitos que admitam autocomposição. “Tal exigência tem por fundamento a diretriz, presente no direito, de que não é possível transigir a respeito de direitos indisponíveis.”(ALVIM, 2017, p. 579)

Desse modo para realizar um negócio processual, o direito deve admitir a autocomposição.

É preciso atentar, todavia, para o fato de que, à luz das teorias que analisam a efetividade dos direitos fundamentais, a própria noção de indisponibilidade comporta gradações, na medida em que a autonomia da vontade, associada a outros valores, como a celeridade na concretização dos direitos, podem determinar a necessidade de disposição, em alguma medida, dos direitos materiais ou processuais. (ALVIM, 2017, p. 579)

Para Fredie Didier Jr “[...] o direito em litigio pode ser indisponível, mas admitir solução por autocomposição.” Dessa forma o III Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, no Enunciado 135 afirma que “A indisponibilidade do direito material não impede, por si só, a celebração de negócio jurídico processual.

A flexibilização procedimental foi criada para duas situações, sendo a primeira, para a possibilidade das partes realizarem mudanças no procedimento de forma a adequá-lo as especificidades da causa; e a segunda sobre a possibilidade de se convencionar sobre ônus, poderes, faculdades e deveres processuais.

O procedimento convencionado pelas partes, é fruto da manifestação de vontade, que pode ocorrer antes do processo em si, como nos contratos em que seja prevista cláusula sobre a flexibilização procedimental, bem como durante todo o curso do processual. Fredie Didier Jr, esclarece “[...] é possível inserir cláusula negocial processual num contrato qualquer, já regulando eventual processo futuro que diga respeito aquela negociação.”(2017, p.113)

O controle judicial dessas convenções processuais, é feito de forma bem restrita pelo juiz. “Negócios processuais que tenham por objeto as situações jurídicas processuais dispensam, invariavelmente, a homologação judicial.”(DIDIER, 2017, p. 108) Embora em alguns casos ela seja indispensável, como ocorre por exemplo na celebração de acordo em audiência de conciliação ou mediação.

A eficácia dos negócios processuais é imediata, sendo a homologação pelo magistrado uma exceção, conforme esclarece o seguinte enunciado 133 do III Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. “Salvo nos casos expressamente previstos em lei, os negócios processuais do caput do art.191 não dependem de homologação judicial.”

Afirma Fredie Didier Jr, que “[...] não possuindo defeito, o juiz não pode recusar aplicação ao negócio processual.”(2017, p. 120)

O Parágrafo único do Art. 190 do Código de Processo Civil, estabelece que “De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.” Segundo Fredie Didier Jr, “A invalidade do negócio principal não implicará, necessariamente, a invalidade da convenção processual.”(2017, p. 113)

O II Encontro de Jovens Processualistas, em seu Enunciado 16 dispõe que “O controle dos requisitos objetivos e subjetivos de validade da convenção de procedimento deve ser conjugado com a regra segundo a qual não há invalidade do ato sem prejuízo.”

Considera-se nulo o negócio jurídico processual quando não forem atendidos os requisitos gerais de validade dos negócios jurídicos. O magistrado pode ainda controlar a validade dos acordos processuais sobre o procedimento, “[...] quando inseridos de forma

abusiva em contrato de adesão; ou, ainda, quando alguma parte se encontrar em manifesta situação de vulnerabilidade.”(BUENO, 2016, p.216)

Para Arruda Alvim “[...] a vulnerabilidade a que se refere o dispositivo ocorre em situações de manifesto desequilíbrio entre as partes, sobretudo do ponto de vista técnico.”(2017, p. 584) Nesse caso a parte celebra o acordo sem ter a determinada percepção dos danos que podem ser acarretados aos seus interesses.

Leonardo Carneiro Cunha “A simples circunstância de o contrato ser de adesão não é suficiente para se ter como nula ou ineficaz a cláusula que disponha sobre procedimento ou sobre regras processuais.”(2017, p. 71) Ou seja, é preciso a demonstração de abusividade para a sua anulação. O III Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, Enunciado 134, entendeu que “Negócio jurídico processual pode ser invalidado parcialmente.”

“Os negócios jurídicos processuais devem situar-se no espaço de disponibilidade outorgado pelo legislador, não podendo autorregular situações alcançadas por normas cogentes.”(CUNHA, 2017, p.71) O II Encontro de Jovens Processualistas, Enunciado 20, dita que “Não são admissíveis os seguintes negócios bilaterais, dentre outros: acordo para modificação da competência absoluta, acordo para supressão de primeira instância.”

Dessa forma a doutrina tem entendido não ser possível a celebração de acordo processual que dispense a atuação do Ministério Público, que crie novos recursos, que verse sobre direitos indisponíveis, que modifique a competência absoluta, entre outros.

O advogado tem papel essencial na flexibilização procedimental de modo que o II Encontro de Jovens Processualistas, no Enunciado 18, indica que “Há indício de vulnerabilidade quando a parte celebra acordo de procedimento sem assistência técnica jurídica.”

O controle é da validade da celebração desses negócios processuais, entretanto “[...] é inadmissível o julgador participar de um acordo processual que é das partes”(ALVIM, 2017, p.585) O juiz pode ainda concordar com a fixação de calendário processual firmado pelas partes, conforme o Art. 191. “De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.”

Ainda que ele esteja autorizado a incentivar as partes e até sugerir a composição do calendário, rigorosamente ele não é parte do negócio; do contrário, a presença do juiz como “parte” impediria que fizesse o já mencionado controle do negócio processual. (YARSHELL, 2017, p. 91)

Dessa forma os prazos poderão ser aumentados ou diluídos conforme for a vontade das partes, determina o § 1º do Art. 191. “O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.”

A mudança nos prazos processuais traz ainda benefícios no que concerne aos custos com as intimações visto que esta será dispensada, de acordo com o § 2º do Art. 191 “Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.”

A inovação trazida pelo calendário vem, naturalmente, acompanhada por alguns desafios, a começar pelo da adaptação da logística cartorária ao sistema de agendamento dos atos processuais. O maior obstáculo a ser superado diz respeito, contudo, à modificação da mentalidade dos profissionais do direito no sentido de deixar de aguardar o impulso oficial para o prosseguimento do feito, utilizando-se uma programação previamente estabelecida. (ALVIM, 2017, p. 590)

Para Leonardo Carneiro Cunha “O negócio jurídico é produto da autonomia privada ou da autorregulação de interesses, implicando liberdade de celebração e de estipulação.”(2017, p. 54) Os negócios processuais podem ser divididos em típicos e atípicos. Os negócios jurídicos processuais típicos são aqueles expressamente previstos na lei, podem ser citados como exemplos, a convenção para suspensão do processo, o acordo sobre a eleição de foro, convenção de arbitragem, convenções sobre prazos, escolha consensual do perito, entre outros.

Os negócios jurídicos atípicos são aqueles que não se encaixam nos tipos legais. São aqueles em que prevalece o autorregramento da vontade. São exemplos de negócios atípicos, pacto de impenhorabilidade, acordo de ampliação de prazos das partes de qualquer natureza, acordo de rateio de despesas processuais, dispensa consensual de assistente técnico, acordo para retirar o efeito suspensivo da apelação, acordo para não promover execução provisória, dentre outros. Todos previstos no Enunciado 19 do II Encontro de Jovens Processualistas. O Enunciado 21 do II Encontro de Jovens Processualistas prevê ainda, acordo para realização de sustentação oral, acordo para ampliação do tempo de sustentação oral, julgamento antecipado da lide convencional, convenção sobre prova, redução de prazos processuais.

No caso de descumprimento dos negócios processuais o II Encontro de Jovens Processualistas, no enunciado 17, ordena que “As partes podem, no negócio processual, estabelecer outros deveres e sanções para o caso do descumprimento da convenção.”

Os acordos procedimentais podem ser aplicados também na justiça do trabalho conforme o III Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, Enunciado 131,

“Aplica-se ao processo do trabalho o disposto no art. 191 no que se refere à flexibilidade do procedimento por proposta das partes, inclusive quanto aos prazos.”

O que não pode ocorrer como já se disse é que alguma parte esteja em situação de vulnerabilidade. Esclarece Fredie Didier Jr, que “Caberá ao órgão jurisdicional, em tais situações, verificar se a negociação foi feita em condições de igualdade; se não, recusará a eficácia ao negócio.”(2017, p. 116)

Passados os esclarecimentos à cerca dos negócios processuais e sua previsão no Código de Processo Civil, vemos que estes estão presentes em vários artigos do referido código e não há como negar sua existência e aplicação no Ordenamento Jurídico Pátrio.

2.3 Negócio processual e a Legislação Extravagante

Aqui será analisada a influência das legislações extravagantes sobre o negocio jurídico processual, quais sejam a lei de arbitragem e o entendimento doutrinário a respeito do tema, bem como uma análise sobre a importância desses institutos para a construção de um processo mais participativo.

Já se falou nesse trabalho que a função jurisdicional é essencialmente incumbida ao Estado, isto não exclui que outros mecanismos hábeis de solucionar os conflitos, o que inclui a mediação e arbitragem.

Optar por utilizar outros meios que não o judicial podem ter vários motivos, que envolvem a avaliação de possíveis benefícios em relação a prestação jurisdicional dada pelo Estado, que por muitas vezes torna-se mais demorada.

Os negócios processuais foram em grande parte inspirados pela Arbitragem. Para Rodolfo Kronenberg Hartmann “[...] a jurisdição é atividade pública, não podendo receber tratamento assemelhado ao da arbitragem que permite essa possibilidade no que diz respeito à formatação do compromisso arbitral [...]”(2015, p.187)

As partes capazes, de comum acordo, diante de um litígio, ou por meio de uma cláusula contratual, estabelecem que um terceiro, ou colegiado, terá poderes para solucionar a controvérsia, sem a intervenção estatal, sendo que a decisão terá a mesma eficácia que uma sentença judicial.(CAHALI, p.115, 2015)

Para Antonio Celso Fonseca Pugliese e Bruno Meyerhof Salama, a arbitragem “[...] poderá reduzir os custos de transação relacionados à prestação jurisdicional.”(2008, p. 77) além de incentivar o efetivo cumprimento dos contratos. A arbitragem se torna vantajosa na medida em que se torna muito mais atrativa as partes celebrantes de um contrato por exemplo,

em função de surgir eventual conflito, que resulte do descumprimento do contrato, a resposta dada por um arbitro tende a ser muito mais rápida, do que a resposta dada por um juiz.

O procedimento arbitral não está sujeito à rigidez dos processos judiciais, não se submete ao regime dos infundáveis recursos a instâncias superiores, e os árbitros, não raro, contam com a infra - estrutura necessária para que as decisões sejam tomadas com grande rapidez.(PUGLIESE; SALAMA, 2008, p.78)

O procedimento arbitral é regulado pela lei 9.307/1996, e assim como a função jurisdicional representa uma forma heterocompositiva de por fim a um conflito. Uma das grandes vantagens em se escolher esse método é a liberdade de escolha do árbitro, aquele que irá julgar a lide, que pode ser inclusive um colegiado de árbitros. Para Francisco José Cahali (2015), umas das maiores vantagens da arbitragem é que será possível entregar a matéria a quem tenha mais conhecimento específico e técnico da matéria objeto da demanda.

Outra vantagem seria o tempo, uma vez que na maioria dos casos o julgamento arbitral, não prevê recursos. Ou seja findo o julgamento, já se passaria a fase de execução, a sentença arbitral constitui título executivo judicial, podendo ser levada a liquidação, caso esta seja ilíquida.

Os princípios norteadores da arbitragem são quase que os mesmos que orientaram os negócios jurídicos processuais, entre eles a que se destacar a autonomia da vontade, já que ambos tem a voluntariedade como característica principal.

Certo é que a arbitragem é plenamente constitucional, e inclusive incentivada pelo Código de Processo Civil, e da mesma forma que a flexibilização procedimental, esses mecanismos ajustados pelas partes interessadas não violam o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Um dos princípios que quer se consagrar com esses institutos é o da liberdade negocial.

Os negócios processuais, podem denotar uma tendência de contratualização do processo. Os negócios processuais são “[...] normas que tratam do desenvolvimento do processo judicial por meio da vontade das partes.”(MARINONI, p. 532, 2017) Ou seja, dentro dos limites estabelecidos na lei as partes fixam a forma de um ou alguns atos do processo, como já citado, podem elas alterar prazos, suspender o processo, estabelecer convenções sobre o ônus de provas, escolher o perito judicial, entre outros.

A convenção processual que o altera calendário processual, é alvo de críticas. Segundo Rodolfo Kronenberg Hartmann, “É mais uma tentativa em aproximar a jurisdição, que é uma atividade pública e estatal, da arbitragem, que é um equivalente jurisdicional com forte traço privatista.”(2015, p.189)

A modificação dos prazos processuais é típico acordo processual que vincula o juiz, e por isso tem sido questionado. “O magistrado terá sempre o dever de rejeitar o acordo quando entender que ele é prejudicial ao processo, as suas finalidades ou mesmo ao equilíbrio das partes.”(MARINONI, p. 535, 2017)

Na prestação jurisdicional o tempo gasto, pode ser por vezes muito custoso para as partes, o que faz com que eles possam ao celebrar um negócio jurídico, prevê expressamente a cláusula de arbitragem ou no curso da disputa optar por esse meio de solução de controvérsia.

Para Eduardo Talamini:

A arbitragem foi a fonte de inspiração – ou fator de incentivo – para o legislador instituir essa possibilidade de ampla formatação voluntária do processo judicial. O raciocínio subjacente à cláusula geral de negócios jurídicos processuais estabelecida no art. 190 é o seguinte: se as partes podem até mesmo retirar do Judiciário a solução de um conflito, atribuindo-a a um juiz privado em um processo delineado pela vontade delas, não há porque impedi-las de optar por manter a solução do conflito perante o juiz estatal, mas em um procedimento e (ou) processo também por elas redesenhado.(2015, p. 3)

Os negócios jurídicos processuais surgiram dessa forma como mais uma forma de tornar o processo um meio colaborativo, e fazer com que os interesses das partes em litígio sejam verdadeiramente ouvidos. Os indivíduos quando estão em uma disputa buscam o meio mais eficiente de se chegar a uma solução, e a flexibilização procedimental, busca exatamente isso, um processo verdadeiramente eficaz. Para Daniel Amorim Assunção Neves os negócios jurídicos processuais estão:

[...] associado à ideia de flexibilização procedimental, e, mais ainda, à ideia de tutela jurisdicional diferenciada, por meio da qual o procedimento deve se adaptar às exigências impostas pelo direito material no caso concreto para que a tutela seja real e efetiva.(2017, p. 326)

Os negócios processuais “[...] trazem para o regramento processual civil experiência deveras comum no âmbito arbitral, qual seja a possibilidade de serem definidas pelas partes mudanças no procedimento [...]”(AMARAL, 2016, p.293)

As partes podem convencionar nos acordos processuais, sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, entretanto, “Os poderes-deveres do juiz, portanto, não podem ser objeto do acordo entre as partes, porque na realidade as partes não podem dispor de uma posição processual da qual não sejam titulares” (NEVES, 2017, p. 327)

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, já se manifestou sobre o tema, formulando diversos enunciados sobre a aplicação dos negócios processuais. No enunciado 36, formou-se o entendimento de que são vedados acordos processuais que

limitem os poderes de instrução do juiz, a sanção ímpobra, que subtraíam do juiz o controle de legitimidade das partes ou do *amicus curiae*, que introduzam novos recursos, de rescisórias, e sustentações orais não previstas na lei, estipulem o julgamento da lide com base em lei diversa da vigente e estabeleçam prioridade de julgamento não prevista na lei.

No mesmo sentido o enunciado 37 diz ser nulas as convenções processuais que autorizem o uso de prova ilícita, limitem a publicidade do processo para além das hipóteses previstas em lei, modifiquem a competência absoluta e dispensem o dever de motivação.

Também a uma vedação a realização de negócio jurídico processual que amplie o prazo de sustentação oral, por compor a estrutura do julgamento, conforme o enunciado 41.

Desta forma acordos processuais devem respeitar os limites estabelecidos na lei, de forma a “[...] prestigiar a autonomia das partes sem negar ao processo sua função de tutela dos direitos na dimensão da Constituição.”(MARINONI, p. 540, 2017)

O Enunciado 258 do Fórum Permanente de Processualistas civis, diz que As partes podem convencionar sobre seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, ainda que essa convenção não importe ajustes às especificidades da causa. Este enunciado é de grande importância na medida em que revela ser os negócios processuais verdadeira manifestação do princípio da autonomia privada.

Para Guilherme Rizzo Amaral “[...] as alterações no procedimento não podem colocar em xeque a duração razoável do processo tampouco onerar indevidamente o Judiciário.”(2016, p. 293)

A amplitude da aplicação dos negócios processuais é imensa podendo eles convencionar sobre a dispensa caução no cumprimento provisório de sentença, conforme o entendimento do Enunciado 262 do Fórum Permanente de Processualistas civis.

Apesar de haver maiores limitações no âmbito dos negócios processuais, ou seja da jurisdição estatal, é certo que este instituto em muito se assemelha e inspira-se na arbitragem, e o Código de Processo Civil reflete uma aproximação com esse instituto.

3 A APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL

Por fim neste capítulo foi mostrado a visão jurisprudencial a cerca do tema, como os Tribunais vem aplicando e regulando esse instituto, de modo a estabelecer os limites necessários, a fim de evitar que sejam realizados negócios que violem os princípios Constitucionais. Foram mostrados julgados favoráveis e contrários a aplicação desse instituto, mostrando que o tema não é pacífico.

3.1 Julgados favoráveis

Este tópico se propõe a explorar como os negócios jurídicos processuais, vem sendo enfrentados pela jurisprudência dos Tribunais, e como eles tem aceitado sua aplicação nos processos.

No acórdão abaixo julgado pela 5ª Câmara de Direito Cível, do Tribunal de Justiça do Santa Catarina, com Relator: Luiz César Medeiros, é possível visualizar a celebração de um negócio jurídico processual que convencionou a dispensa de produção de provas por ambas as partes, neste julgado está clara a presença de um negocio jurídico processual do Artigo 190 do Código de Processo Civil, tem-se um ato de vontade das partes que não pode ser ignorado pelo magistrado, pois as partes é que são os protagonistas da cena processual.

PROCESSUAL CIVIL - DISPENSA DE PRODUÇÃO DE PROVAS POR AMBAS AS PARTES - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - REQUERIMENTO EXPRESSO - NEGÓCIO JURÍDICO BILATERAL - INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE Se as partes expressamente, e por acordo mútuo, dispensam a produção de provas e requerem o julgamento antecipado da lide, não pode o juiz simplesmente ignorar a manifestação de vontade e determinar a inversão do ônus da prova. **"Tem-se aí típico exemplo de negócio jurídico processual unilateral, quando a manifestação de vontade vem de apenas uma das partes; bilateral, quando de ambos os polos. Se válido, o juiz não pode ignorar esse ato de vontade. Se o fizesse, isso seria o mesmo que negar às partes o protagonismo da cena processual, assumindo-o somente para si"** (DIDIER Jr, Fredie. BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil. 11 ed. Salvador; Ed. Jus Podivm, 2016. p. 94-95).

(TJ-SC - AI: 40046253920188240000 Biguaçu 4004625-39.2018.8.24.0000, Relator: Luiz César Medeiros, Data de Julgamento: 12/06/2018, Quinta Câmara de Direito Civil)

Sendo um processo em que os direitos admitem a autocomposição, e as partes tendo plena capacidade, elas podem estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres

processuais, antes ou durante o processo, conforme o já citado Artigo 190 do Código de Processo Civil.

O enunciado 47 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, afirma serem admissíveis os seguintes negócios: acordo para realização de sustentação oral, acordo para ampliação do tempo de sustentação oral, julgamento antecipado do mérito convencional, convenção sobre prova, redução de prazos processuais

Para Trícia Navarro Xavier Cabral, (2017, p.352), o juiz exerce somente um controle sobre a validade, portanto quando cumpridos os requisitos do Artigo 190 do Código de Processo Civil, este deve aplicar as regras convencionadas imediatamente.

No PET no AREsp: 533432 ES 2014/0144971-1, abaixo do Superior Tribunal de Justiça, que teve como Relator o Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, também houve acordo entre os litigantes para prorrogar o prazo de suspensão do processo, que é um direito das partes, este deve obedecer o limite máximo estabelecido no parágrafo quarto do artigo 313 do Código de Processo Civil, ambas protocolaram petições idênticas com o desejo de convencionar o procedimento as necessidades da causa, desta forma o Ministro relator deferiu o pedido, em conformidade com o artigo 190 do Código de Processo Civil.

PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 533.432 - ES (2014/0144971-1)
RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA REQUERENTE :
AGÊNCIA MARÍTIMA UNIVERSAL LTDA ADVOGADO : RACHEL FREIXO
CHAVES E OUTRO (S) - SP319562 REQUERIDO : EXIMBIZ COMÉRCIO
INTERNACIONAL S/A REQUERIDO : CIMCAP COMERCIAL
IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA REQUERIDO : OTTO NETTO
ANDRADE REQUERIDO : ARNALDO CORRÊA LIMA REQUERIDO : JOÃO
CÉSAR CARVALHO DE FARIA REQUERIDO : NEQUIR NETTO ANDRADE
REQUERIDO : IVON ALCURI DO NASCIMENTO ADVOGADOS : ANTÔNIO
AUGUSTO GENELHU JUNIOR - ES001946 JOUBERT GARCIA SOUZA
PINTO E OUTRO (S) - ES009713 RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA -
ES009918 DECISÃO Pelas petições de fls. 1.763/1.764 e 1.765/1.766 (e-STJ),
informaram as partes a existência de consenso para encerrar a presente demanda e
todas as demais que envolvem o conflito acionário. Requereram a suspensão do
processo para implementar condição suspensiva, o que foi deferido pelo prazo de 90
(noventa) dias úteis (e-STJ fl. 1.768). Voltaram-me os autos conclusos, sem novas
petições das partes. Foram elas intimadas para se manifestarem a respeito da
existência de composição (e-STJ fl. 1.772). Protocolaram duas petições conjuntas,
de idêntico teor (e-STJ fl. 1.775/1.777 e 1.781/1.783), alegando e requerendo: (...) **houve um avanço substancial no processo de alienação do ativo que irá proporcionar o ambiente adequado ao encerramento das demandas, as partes comparecem em conjunto para postular por uma derradeira prorrogação do prazo de suspensão processual, requerendo, neste sentido, a este eminente Relator, a concessão de um prazo adicional de suspensão 06 meses (conforme autorizado pelo artigo 190 do CPC).** Decido. Inicialmente, sendo idênticas as
petições conjuntas das partes, analiso a primeira protocolada. Considerando o
requerimento em petição conjunta, subscrito por procuradores de ambas as partes,
DEFIRO o pedido, suspendendo o curso do processo pelo prazo de 90 (noventa)
dias úteis, a contar da data de publicação desta decisão. Transcorrido o prazo sem
notícia sobre eventual composição, tornem-me os autos conclusos. Publique-se.

Intimem-se. Brasília (DF), 13 de junho de 2018. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA Relator

(STJ - PET no AREsp: 533432 ES 2014/0144971-1, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Publicação: DJ 26/06/2018)

A suspensão do processo é um exemplo de negócio jurídico processual típico, pois está expressamente previsto no Código de Processo Civil em seu artigo 313, inciso II. Está também previsto no Enunciado 19 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, que admite negócios processuais que estabeleçam acordo de ampliação de prazos das partes de qualquer natureza.

Nas palavras de Ricardo Villas Boas Cueva:

O juiz, obviamente, desempenha papel central na gestão dos processos, mas as partes têm agora ampliada, por meio de convenções processuais, a possibilidade de interferir no modo e no tempo de condução do procedimento a fim de amoldá-lo às necessidades do caso concreto. (2017, p.528)

No julgado abaixo da Décima Sexta Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, as partes acordaram nova audiência de conciliação a partir da qual seria contado o prazo para contestar, um claro exemplo de negócio jurídico processual previsto no Artigo 190 do Código de Processo Civil, e que está em sintonia com os princípios de cooperação processual e autonomia das partes.

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. ACORDO PARA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO, COM REALIZAÇÃO DE NOVA AUDIÊNCIA, A PARTIR DA QUAL CORRERIA O PRAZO PARA CONTESTAR. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL VÁLIDO. ART. 190 DO CPC. NÃO OBSTANTE, JUÍZO DE ORIGEM CONDUZIU O PROCESSO AO ARREPIO DO ACORDADO PELAS PARTES, EM INEQUÍVOCO PREJUÍZO À RÉ S&K, CUJO PRAZO CONTESTACIONAL FOI TOLHIDO. ERROR IN PROCEDENDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. DERAM PROVIMENTO AO APELO DA RÉ S & K PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA., RESTANDO PREJUDICADO O RECURSO DA PARTE AUTORA. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70075492462, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 26/10/2017).

(TJ-RS - AC: 70075492462 RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Data de Julgamento: 26/10/2017, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/11/2017)

Para Pedro Henrique Nogueira, este tipo de negócio processual seria chamado de subsequente pois, foi celebrado na pendência da demanda, quando o processo já está em curso. “O juiz , os conciliadores, inclusive em audiência, podem dialogar com as partes e sugerir a celebração de acordos de procedimento com vistas a obter um melhor rendimento do processo ou até acelerar a sua tramitação.”(2017, p. 104)

3.2 Julgados contrários

Neste tópico serão analisadas as hipóteses em que a aplicação dos os negócios jurídicos processuais, vem sendo negados pela jurisprudência dos Tribunais.

Na ementa abaixo da primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, houve a convenção de calendário processual, outro negocio jurídico processual típico, previsto no artigo 191 do Código de Processo Civil. Este negócio jurídico deve ser realizado entre as partes e o juiz, de comum acordo, e somente modificado em casos excepcionais.

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. REVELIA DECRETADA PELA ORIGEM. CALENDÁRIO PROCESSUAL FIRMADO PELAS PARTES PELO QUAL A CONTESTAÇÃO DEVERIA SER ENTREGUE EM 20/12/2016. PROTOCOLO DA PEÇA APENAS EM 23/01/2017, APÓS O RECESSO FORENSE. POSIÇÃO DA MAIORIA DESTA EG. CÂMARA NO SENTIDO DE RECONHECER SUA TEMPESTIVIDADE. **NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL QUE DEVE SER LIMITADO PELAS CHAMADAS EXTERNALIDADES QUE IMPÕEM CUSTOS A TERCEIROS. MAGISTÉRIO DA DOUTRINA E ENUNCIADO nº 36 DA ENFAM SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.** SUSPENSÃO DOS PRAZOS ENTRE O DIA 20 DE DEZEMBRO E 20 DE JANEIRO, NA FORMA DO ARTIGO 220 DA LEI ADJETIVA, QUE, POR INTEGRAR O PRÓPRIO FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS, NÃO PODE SER AFASTADO POR CONVENÇÃO DOS LITIGANTES. REVELIA AFASTADA. NECESSIDADE DE INSTRUIR O FEITO E ANALISAR AS OBJEÇÕES E EXCEÇÕES FORMULADAS PELO RÉU. RESSALVA DO VOTO DO RELATOR QUANTO À REVELIA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA POR UNANIMIDADE. AFASTAMENTO DA REVELIA POR MAIORIA.

(TJ-RJ - APL: 00112116320168190003 RIO DE JANEIRO ANGRA DOS REIS 1 VARA CÍVEL, Relator: CUSTÓDIO DE BARROS TOSTES, Data de Julgamento: 17/10/2017, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/10/2017)

A estipulação de calendário processual, não pode causar custos a terceiros, nem modificar o calendário de funcionamento do judiciário. Esses negócios devem ainda observar as restrições previstas no Enunciado 36 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, como fundamentado no julgado acima.

Para Eduardo José da Fonseca Costa a mudança no calendário processual “[...] altera completamente as rotinas cartoriais e a forma de gestão da vara judicial.”(2017, p. 514) Por esse e outros motivos a convenção processual que modifique prazos, é um acordo que vincula o juiz.

Para Arruda Alvim, devido ao “[...] ambiente de conflito de interesses que marca a relação processual, a doutrina e a jurisprudência sempre se posicionaram no sentido de que uma parte não poderia ser compelida a praticar atos em prol dos interesses de seu adversário.”(2017, p. 247) Diante disso ainda há uma dificuldade da mudança de

pensamento entre as partes e advogados no sentido de agir de forma cooperativa, e alterar prazos, que possam beneficiar a outra parte.

No AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.305.884 - MG (2018/0136462-4) julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, que teve como Relator: Ministro LÁZARO GUIMARÃES, verifica-se acordo processual. Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação do art. 190 do Código de Processo Civil, alegando, ser cabível a busca e apreensão do veículo objeto da demanda, uma vez que as partes convencionaram sobre a possibilidade de apreensão do bem, cabendo ao juiz apenas controlar a validade do acordo, e somente negar a sua aplicação nos casos de nulidade ou inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade, conforme o paragrafo único do art. 190 do Código de Processo Civil.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.305.884 - MG (2018/0136462-4)
RELATOR : MINISTRO LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO) AGRVANTE : JEAN MARCOS DE SOUSA ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS AGRAVADO : JOSE PEREIRA MARTINS FILHO ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M DECISÃO Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, a, da Constituição Federal, interposto por JEAN MARCOS DE SOUSA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado: "EMENTA: PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA PROVISÓRIA NOVO CPC - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA O DEFERIMENTO. Com relação aos pressupostos das tutelas de urgência, segue existindo uma dúlice exigência concomitante de i) um juízo razoavelmente consistente sobre a factibilidade do direito inicialmente invocado e ii) a necessidade que o direito judicializado seja colocado em imediata fruição do autor, a título provisório, em razão de perigo de dano (desaparecimento do próprio direito ou do sujeito), ou de prejuízo ao resultado pretendido no processo." **Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação do art. 190 do CPC/2015, sustentando, em síntese, que ser cabível a busca e apreensão do veículo objeto da demanda, uma vez que as partes convencionaram sobre a possibilidade de apreensão do bem, cabendo ao magistrado somente controlar a validade do acordo, não podendo furtar-se ao cumprimento do negócio jurídico processual regularmente celebrado. Não houve apresentação de contrarrazões (e-STJ, fl. 118). É o relatório. Decido. Verifica-se, do exame dos autos, que o conteúdo normativo do dispositivo invocado no apelo nobre, que trata sobre a possibilidade de as partes transigirem sobre os procedimentos adotados no curso do processo, não foi apreciado pelo Tribunal a quo, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. "AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANULATÓRIA. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO. VÍCIO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. 1. Não se admite o recurso especial quando a questão federal nele suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. 2. A rediscussão dos termos do acordo homologado judicialmente seria possível se tal acordo fosse desconstituído, mediante a ação anulatória prevista no artigo 486 do Código de Processo Civil de 1973. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1132232/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018 - grifo**

nosso)"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL E RESOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIACÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AFUNDAMENTO CONSTITUCIONAL NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 126/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, em sede de recurso especial, violação à matéria constitucional ou de resolução, tendo em vista que estas não se compreendem no conceito de lei federal. 2. Não obstante a fundamentação constitucional do aresto, não houve a devida impugnação da matéria por meio de recurso extraordinário, o que atrai o óbice da Súmula 126/STJ. 3. É válida a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplemento, desde que: prevista em contrato; calculada pela taxa média de mercado; e não seja acumulada com encargos remuneratórios, correção monetária, juros de mora ou multa contratual. Súmula 83/STJ. 4. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal. Incidência das Súmulas 282/STF e 356/STF. 5. Agravo interno não provido."(AgInt no AgInt no AREsp 862.036/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 15/03/2017 - grifo nosso) Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. Publique-se. Brasília (DF), 14 de junho de 2018. MINISTRO LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO) Relator

(STJ - AREsp: 1305884 MG 2018/0136462-4, Relator: Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Data de Publicação: DJ 18/06/2018)

Observa-se entretanto que o negócio jurídico processual não foi validado no recurso acima, devido a falta de prequestionamento. Ora os requisitos de admissibilidade, são questões de ordem pública, e que devem ser respeitados.

Segundo Júlia Lipiani e Marília Siqueira, não é admissível:

[...]as partes negociar sobre o cabimento dos recursos; suprimir a necessidade de existência de interesse recursal, pois a sua dispensa esvazia o fundamento que sustenta a continuidade da prestação jurisdicional e os custos dela decorrentes; suprimir o requisito da tempestividade; retirar a necessidade de verificação das formalidades do recurso previstas em lei; dispensar o recolhimento, momento de comprovação, forma de pagamento ou redução do valor do preparo.(2017, p. 644)

O uso das convenções processuais em fase recursal, encontra-se mais limitado, já se falou neste trabalho sobre a impossibilidade de se criar nova modalidade de recurso, por meio de negócio processual, uma vez que se estaria violando o princípio da taxatividade. Porém por ser o direito de recorrer a uma instância superior, um direito potestativo, as partes podem estabelecer em negócios processuais que o processo tramitará apenas no juízo originário. Segundo Cassio Scarpinella Bueno:

Tudo aquilo que estiver fora do alcance negocial das partes com relação ao plano do processo não pode ser objeto de negócio processual. Uma coisa, enfato, é atestar a plena capacidade negocial das partes diante de um direito (material) que aceita autocomposição. Outra, bem diferente, é querer comunicar essa liberdade para o modelo de atuação do Estado-juiz, isto é, para o plano do processo, inclusive na perspectiva da organização de seus próprios atos, isto é, do procedimento. As tais normas de ordem pública ou cogentes o são a ponto de não se poder quere despreza-las, esquecê-las, ainda que se queira. (BUENO, 2016, p.216)

Desta forma é possível pontuar que os negócios processuais, são um direito da partes de modificar o procedimento processual, quando cumpridos os requisitos previstos na lei. Esse instituto encontra limites, a fim de se evitar acordos que violem os princípios constitucionais e coloquem a outra parte em situação de vulnerabilidade.

CONCLUSÃO

Buscando alcançar a compreensão dos Negócios Jurídicos Processuais, inserido por meio do Artigo 190 do Código de Processo Civil de 2015, esta monografia passou por diversas considerações sobre a constitucionalidade desse instituto, sobre como o direito processual civil contemporâneo influenciou a sua criação, sobre seus limites e amplitude, sobre o papel do magistrado e como os Tribunais estão enfrentando o assunto.

Este instituto traz a ideia de modelo cooperativo do processo, onde as partes envolvidas colaboram com a lide, adequando o procedimento processual as suas necessidades, sem contudo retirar o caráter de normas de ordem pública das leis processuais.

Em primeiro lugar foi analisado a influência do direito Processual Civil Contemporâneo, na criação dos negócios processuais, bem como a inspiração nos meios alternativos de solução de conflitos, que permitem as partes tornar o processo um lugar de diálogo e construir em conjunto uma solução para a lide. Também verificou-se que os negócios jurídicos processuais são um ato de cooperação dentro do processo.

No segundo momento foi observado os negócios processuais dentro da ordem jurídica brasileira, inicialmente na Constituição Federal de 1988, tendo considerações sobre os princípios do processo civil. Depois foi verificado a regulamentação prevista no Código de Processo Civil de 2015 e as legislações extravagantes que colaboraram para a flexibilização procedimental.

Concluímos com o estudo da aplicação jurisprudencial dos negócios jurídicos processuais, mostrando julgados em que houve a celebração de acordos processuais típicos e atípicos, favoráveis e contrários.

A cláusula geral de negociação processual admite negócios jurídicos processuais atípicos, que devem ser minuciosamente analisados pelo magistrado no caso concreto, para avaliar se preenchem os requisitos necessários a sua existência e validade e se não colocam uma das partes em situação de vulnerabilidade, estes devem ser limitados também quando houver externalidades que impõem custos a terceiros, e quando violarem os princípios constitucionais.

Os negócios jurídicos processuais permitem aos sujeitos do processo convencionar sobre diversas matérias, porém por ser um instituto novo, desconhecido, pouco incentivado pelos advogados, e que ainda gera muitas dúvidas no meio jurídico, verificou-se que vem sendo pouco utilizado na prática forense, e que ainda há obstáculos a este modelo cooperativo

de processo que incentiva meios alternativos de solução de conflitos e que prima pela autonomia das partes.

Apesar de serem os negócios jurídicos processuais um avanço da legislação entendemos, que seu uso encontra-se restrito, limitando-se na maioria dos casos a negócios processuais típicos. E que seus limites não estão devidamente positivados, deixando um espaço para o arbítrio dos Tribunais.

Entendemos que existe um receio por parte dos operadores do direito, quanto a aplicabilidade dos negócios jurídicos processuais, que para o completo desenvolvimento de um processo cooperativo e flexível a necessidades das partes, é preciso uma verdadeira mudança de pensamento de toda a comunidade jurídica. Deve ser repensado esse modelo de formalismo procedimental, e se dar as partes litigantes maior liberdade e autonomia para alterar o procedimento.

Por fim concluímos afirmando que a negociação processual é um instrumento de eficácia do processo civil conforme foi verificado na argumentação doutrinaria, legal e jurisprudencial desenvolvida nos capítulos desta monografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI RAMIA DUARTE, Antonio Aurélio; *O novo código de processo civil, os negócios processuais e a adequação procedimental*. Revista do GEDICON. V.2, p. 21-42 dez./2014. Disponível em:

<http://www.emerj.tjrj.jus.br/revista_gedicon_online/paginas/volume/2/revista-do-gedicon-volume2_21.pdf>. Acesso em 14 set. 2017.

ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 17. Ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

AMARAL, Guilherme Rizzo. *Comentários às alterações do novo CPC*. 2. Ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. *Os “acordos processuais” no novo CPC: aproximações preliminares*. 2014, p.103-117. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/91542/2015_arenhart_sergio_acordos_processuais.pdf?sequence=1>. Acesso em 21 set. 2017.

ASSIS, Araken de. *Processo civil brasileiro. Volume 1: parte geral: fundamentos e distribuição de conflitos*. 2. Ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

AVELINO, Murilo Teixeira. *A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais- já uma releitura*. In: Cabral, Antonio do Passo, Nogueira, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. 3 ed, Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 ago. 2018.

_____. Decreto-Lei n 4.657, de 4 de setembro de 1942. *Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro*. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm> Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973. *Código de Processo Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm> Acesso em: 10 de ago. de 2018.

_____. Lei n 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de Processo Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em: 12 de março de 2018.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado com à luz do novo CPC, de acordo com a Lei n.13.256, de 4-2-2016*. 2 ed, São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. Os princípios constitucionais do processo civil. In: BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de Direito processual civil*. 8.ed, São Paulo: Saraiva, 2014,V. 1, p. 119-165.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier; Reflexos das convenções em matéria processual nos atos judiciais. In: Cabral, Antonio do Passo, Nogueira, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. 3 ed, Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

CAHALI, Francisco José. *Curso de arbitragem: mediação, conciliação, resolução CNJ 125/2010*. 5 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

COSTA, Eduardo José da Fonseca; Calendarização processual. In: Cabral, Antonio do Passo, Nogueira, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. 3 ed, Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

CUEVA, Ricardo Villas Boas; Flexibilização do procedimento e calendário processual no novo CPC. In: Cabral, Antonio do Passo, Nogueira, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. 3 ed, Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Negócios jurídicos processuais no processo civil brasileiro*. In: Cabral, Antonio do Passo, Nogueira, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. 3 ed, Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

CRUZ, Danilo Nascimento; CRUZ, Karine Rodrigues Piauilino. *Processo civil contemporâneo: aspectos conceituais, constitucionalização e tutela jurisdicional efetiva*. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4032, 16 jul. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30238>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

DIAS, P.Marcelo; FREIRE, R. Pablo; *Negocio jurídico processual e flexibilização do procedimento: as influencias da autonomia privada no paradigma publicista do direito processual civil*. Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP. Rio de Janeiro V.16, p.305- 334, Jul./ dez.2015. Disponível em: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/download/19968/14311. Acesso em 29 ago. 2017.

DIDIER, Fredie Jr. *Negócios jurídicos processuais atípicos no CPC-2015*. In: Cabral, Antonio do Passo, Nogueira, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. 3 ed, Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

ENFAM. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. <<https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

FARIA, Guilherme Henrique Lage. *Negócios processuais no modelo constitucional de processo*. Salvador: Juspodivm, 2016.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. *Novo código de processo civil, comparado e anotado*. Niterói, RJ: Impetus, 2015.

IBDP. Instituto Brasileiro de Direito Processual. II Encontro de Jovens Processualistas. Carta de Salvador. 08 e 09 de novembro de 2013. Enunciados aprovados pela Plenária. Disponível em: < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/3051/2204>>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. III Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Carta do Rio. Presidência Teresa Arruda Alvim Wambier. Rio de Janeiro, 25, 26, 27 de Abril de 2014. OAB/RJ.

LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília; Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal. In: Cabral, Antonio do Passo, Nogueira, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. 3 ed, Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. *Novo curso de processo civil: teoria do processo civil*. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MEDEIROS NETO, Elias Marques de; MACHADO, Pedro Antonio de Oliveira. *Princípio da cooperação no processo civil*. Revista Thesis Juris. São Paulo. V. 5. p. 163-191, Jan- Abr. 2016. Disponível em: www.revistartj.org.br/ojs/index.php/rtj/article/download/293/pdf_1 Acesso em: 13 ago. 2018.

MEDINA, José Miguel Gracia; *Direito processual civil moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MONTENEGRO, Misael Filho; *Curso de direito processual civil: de acordo como o novo CPC*. 12 ed, São Paulo: Atlas, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assunção. *Novo código de processo civil comentado*. 2 Ed. . Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

NOGUEIRA, Pedro Henrique; Sobre os Acordos de Procedimento no Processo Civil Brasileiro. In: Cabral, Antonio do Passo, Nogueira, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. 3 ed, Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

PINHO, Humberto Dalla Bernadina de; *Direito processual civil contemporâneo*. 5 ed, São Paulo: Saraiva, 2013.

PUGLIESE, Antônio Celso Fonseca; SALAMA, Bruno Meyerhof. *A economia da arbitragem: escolha racional e geração de valor*. In: Jobim, Eduardo; Machado, Rafael Bicca. Arbitragem no Brasil, aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

REDONDO, Bruno Garcia. *Negócios jurídicos processuais*. In: Wambier, Luiz Rodrigues. Wambier, Teresa Arruda Alvim (Coordenadores). *Temas essenciais do novo CPC*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 227-236.

STJ - AREsp: 1305884 MG 2018/0136462-4, Relator: Ministro Lázaro Guimarães (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Data de Publicação: DJ 18/06/2018. JusBrasil. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/591478861/agravo-em-recurso-especial-aresp-1305884-mg-2018-0136462-4>>. Acesso em: 13 ago. de 2018.

STJ - PET no AREsp: 533432 ES 2014/0144971-1, Relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira, Data de Publicação: DJ 26/06/2018. JusBrasil. Disponível em:

<<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/594746954/pet-no-agravo-em-recurso-especial-pet-no-aresp-533432-es-2014-0144971-1>>. Acesso em: 13 ago. de 2018.

TALAMINI, Eduardo. Um processo pra chamar de seu: nota sobre os negócios jurídicos processuais. 21 out. 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI228734,61044-Um+processo+pra+chamar+de+seu+nota+sobre+os+negocios+juridicos>>. Acesso em 20 mar. 2018.

TJ-RJ - APL: 00112116320168190003 RIO DE JANEIRO ANGRA DOS REIS 1 VARA CIVEL, Relator: Custódio de Barros Tostes, Data de Julgamento: 17/10/2017, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/10/2017 JusBrasil. Disponível em: < <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/511625510/apelacao-apl-112116320168190003-rio-de-janeiro-angra-dos-reis-1-vara-civel/inteiro-teor-511625513>>. Acesso em: 13 ago. de 2018.

TJ-RS - AC: 70075492462 RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Data de Julgamento: 26/10/2017, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/11/2017. JusBrasil. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/516772765/apelacao-civel-ac-70075492462-rs>>. Acesso em: 13 ago. de 2018.

TJ-SC - AI: 40046253920188240000 Biguaçu 4004625-39.2018.8.24.0000, Relator: Luiz César Medeiros, Data de Julgamento: 12/06/2018, Quinta Câmara de Direito Civil. JusBrasil. Disponível em: < <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/590405513/agravo-de-instrumento-ai-40293840420178240000-biguaçu-4029384-0420178240000/inteiro-teor-590405563>>. Acesso em: 13 ago. de 2018.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. *Curso Avançado de processo civil: teoria geral do processo*. 16 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Curso Avançado de processo civil: Teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 13 ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

YARSHELL, Flávio Luiz; Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? In: Cabral, Antonio do Passo, Nogueira, Pedro Henrique. *Negócios Processuais*. 3 ed, Salvador: Editora Juspodivm, 2017.